

PLR e PLR Social

Conquista histórica dos empregados da Caixa, que veio em 2010, a PLR Social é uma forma de valorizar os trabalhadores por tarefas relacionadas com programas sociais do governo federal operacionalizados pelo banco público, a exemplo do Bolsa Família e do Minha Casa Minha Vida. Aliás, a PLR como se conhece hoje na Caixa é de 2003. Antes disso, o que existia era a chamada PRX, um plano atrelado ao cumprimento de metas, que deixava a maioria dos trabalhadores sem receber nada. Ano após ano, graças à mobilização dos bancários e bancárias, a PLR e a PLR Social ela tem sido mantida.

Mais empregados para Caixa, Mais Caixa para o Brasil

A contratação de mais trabalhadores para a Caixa é urgente para garantir o bom atendimento à população e a saúde da categoria. Em 2007, foi lançada a campanha “Mais empregados para a Caixa, mais Caixa para o Brasil”, em que se alertou para a sobrecarga nas unidades de todo o Brasil e para a necessidade de o banco estar à altura dos desafios que lhe têm sido colocados. Assim, no final de 2014, a Caixa chegou a ter mais de 101 mil empregados e quase 3,4 mil agências. Em 2003, eram 57 mil empregados e 2.126 agências.

De 2016 para cá, ataques e resistência

A mudança de governo com o golpe de 2016 significou mais ataques à função social da Caixa, além da tentativa de reduzir suas operações. A estratégia atual está clara: fatiar a empresa, retirando recursos e atribuições, em benefício do setor privado. Entre as áreas mais cobichadas estão as de seguros, cartões, assets, loterias e gestão do FGTS. Mais uma vez, a mobilização dos trabalhadores e da sociedade será fundamental para barrar a redução da Caixa.

Outras medidas tomadas a partir de 2016 afetam diretamente os empregados do banco e seus direitos. Uma delas é a resolução CGPAR 23, que, entre outros pontos prejudiciais, diminui a participação das empresas no custeio dos planos de saúde de autogestão, como é o caso do Saúde Caixa. Já em dezembro de 2018, no apagar das luzes do governo Temer, foi publicada a CGPAR 25, que traz regras que colocam os fundos de pensão em sério risco, possibilitando, por exemplo, que a patrocinadora encerre planos de benefícios. Fenae, Apcefs e sindicatos já estão na luta na tentativa de reverter as resoluções.

Outra luta das entidades é para que a Caixa retome as contratações. Após alcançar o total de 101 mil empregados, mais de 16 mil deixaram o banco por meio de planos de demissão e aposentadoria. Hoje, são cerca de 85 mil, o que tem gerado mais sobrecarga e adoecimento nas unidades Brasil afora.

Defesa da Caixa em todo o país

A defesa da Caixa 100% pública, forte e social tem rodado o Brasil e levado conscientização a empregados e à sociedade em geral. Nos dois últimos anos, foram realizados Dias de Luta, seminários e audiências públicas com o objetivo de debater a importância do banco para o desenvolvimento econômico e social do país. Também ocorreram ações junto ao Congresso Nacional e ao Judiciário. Atualmente, diante das ameaças de enfraquecimento da Caixa e da redução de direitos dos trabalhadores, é fundamental que essa mobilização seja intensificada.

Caixa 100% pública: pelo direito de ter direitos

Desde o século XIX, quando o primeiro correntista depositou dois mil réis em uma poupança, até os tempos atuais, com mais de 90 milhões de clientes, a Caixa Econômica Federal tem cumprido seu papel de ser a alternativa de ampla parcela da população para ter acesso ao sistema bancário. A instituição nunca abandonou o ideal com que foi construída, graças ao trabalho dos seus empregados: possibilitar à sociedade brasileira o direito de ter direitos, sem distinção de cor, etnia, condição econômica ou universo social.

Aliás, é justamente por serem responsáveis pela construção da Caixa diariamente que os empregados devem ser valorizados. A gestão de pessoas está diretamente ligada às diretrizes do governo. Os principais avanços vieram nos momentos em que ele esteve mais sintonizado com a categoria. Só assim, com respeito aos seus trabalhadores, é que a Caixa vai continuar forte e social.

Por que defender a Caixa?

Para se ter ideia da importância da Caixa para o Brasil e os brasileiros, basta ver os dados da atuação nos mais diversos setores. Em setembro de 2018, a carteira de crédito alcançou saldo de R\$ 694 bilhões. Já a imobiliária chegou a R\$ 440 bilhões, o que mantém o banco na liderança com 68,1% do mercado. Nas operações em infraestrutura, foram R\$ 83 bilhões.

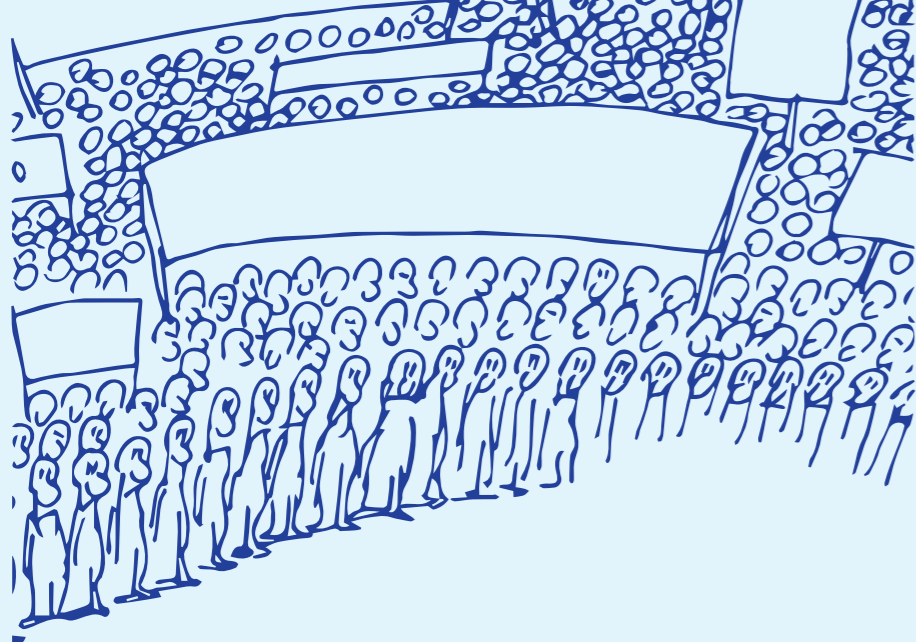
Entre janeiro e setembro de 2018, foram pagos cerca de 118,1 milhões de benefícios sociais, num total de R\$ 21,5 bilhões, sendo a maioria referente ao Bolsa Família. Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Caixa realizou 140 milhões de pagamentos, que totalizaram R\$ 209,2 bilhões. Destaque ainda para os repasses sociais das loterias: dos R\$ 9,9 bilhões arrecadados no período, R\$ 3,7 bilhões foram destinados às áreas de esporte, cultura, segurança pública e seguridade social.

Nenhuma instituição financeira privada teria interesse em captar recursos para investir em saneamento, por exemplo. Ou para assessorar e financiar prefeituras para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Ou para patrocinar atletas e paratletas. Por isso, a Caixa, que acaba de completar 158 anos, deve continuar 100% pública, porque é um banco forte que faz justiça social, desde a sua criação. E que continua a representar, para grande parte do povo brasileiro, o verdadeiro banco social.

Não tem sentido

RETIRAR DIREITOS DOS EMPREGADOS

Conheça a história de luta e conquistas dos seus direitos



Movimento forte desde o início

O movimento nacional dos empregados da Caixa Econômica Federal é feito de lutas, mobilizações e conquistas. As primeiras sementes foram deflagradas entre os anos de 1981 e 1982 pelos auxiliares de escritório, que recebiam salários inferiores aos escriturários na carreira técnico-administrativa. Isso contagiou o restante dos empregados do banco e o movimento sindical bancário, que também teve papel importante na luta pela redemocratização do país.

Organização nacional

A discriminação aos auxiliares de escritórios culminou em um movimento nas unidades de todo o país, que superou os limites do medo e floresceu. Comissões abertas foram estruturadas e desaguaram no 1º encontro nacional do segmento, no Rio de Janeiro. Foi a partir dessa resistência que o movimento pela jornada de seis horas, sindicalização e pelo direito de ser bancário ganhou força Brasil afora. O movimento pela volta da democracia também ajudou a impulsionar a luta dos trabalhadores da Caixa.

Primeiro Conecef

A mobilização dos empregados da Caixa foi intensificada durante o ano de 1985. Na luta pela conquista das seis horas e pelo direito à sindicalização, o 1º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef) foi realizado em Brasília e aprovou a greve de 24 horas para o dia 30 de outubro daquele ano. Nasceu daí a tradição de mobilizações nacionais fortes, amplas e unificadas.

Greve histórica de 1985

Deflagrada em 30 de outubro de 1985, a primeira da história da Caixa teve 100% de adesão. Foi construída a partir da mobilização dos auxiliares de escritório e revelou a repactuação do banco com a defesa do desenvolvimento do país. Um de seus legados é a certeza de que a mobilização é indispensável para que a Caixa continue a ser o banco 100% público, forte, social e a serviço da população brasileira.

Conquista das 6h e sindicalização

A mobilização dos empregados da Caixa assegurou a tramitação em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que instituía a jornada de seis horas, aprovado em 28 de novembro de 1985. Um dia depois, foi aprovado também o projeto que garantiu o direito de os trabalhadores do banco poderem se organizar em sindicatos dos bancários. Isso foi um pulo para a equiparação salarial com os funcionários do Banco do Brasil, que resultou em reajuste médio de 73,18% e correção salarial pela inflação. Foi na campanha salarial de 1988.

Luta contra demissões na década de 1990

Logo após ser eleito, o presidente Fernando Collor de Mello iniciou uma campanha de “caça aos marajás”. Na mira, porém, nada de marajás, mas empregados de empresas públicas como a Caixa. Em junho de 1990, 2.341 empregados do banco foram dispensados. Como reação, a Fenae, as Apcefs e os sindicatos de bancários organizaram uma campanha nacional em defesa da reintegração dos demitidos, o que ocorreu em setembro daquele ano. Em setembro de 1991, mais 110 demissões foram efetuadas depois da greve da categoria que durou 21 dias.

Solidariedade dos empregados Caixa

A Fenae lançou a campanha “Não toque em meu companheiro” em prol dos 110 demitidos, mobilizando 35 mil empregados da Caixa. Um laço de solidariedade os envolveu, respaldado por um desconto equivalente a um tíquete alimentação diário para formar um fundo. Em outubro de 1992, um mês após o impeachment de Collor, houve acordo para a reintegração dos demitidos. Em fevereiro de 1994, o presidente Itamar Franco aprovou a Lei 8.878/94, que anistiou todos os trabalhadores demitidos durante o Plano Collor.

Ataque aos direitos

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi de cortes nos custos e nos recursos humanos, terceirizações e reestruturação patrimonial na Caixa. Sob a política do Estado mínimo, a meta era ter um banco “enxuto” e “saneado”, pronto para privatização. A vida dos empregados da Caixa foi seriamente afetada. No caso do plano de saúde, o chamado PAMS, a qualidade dos serviços e a rede credenciada foram abaladas. Os novos concursados assumiram sob as regras do PCS 98, com direitos reduzidos na saúde e na Funcef (plano REB).

RH 008 e resistência contra privatização

Durante os dois governos de FHC (1995 a 2002), houve cortes e os salários permaneceram praticamente congelados. A gestão de metas tornou-se o motor de “resultados” na Caixa. Entidades sindicais e associativas foram coagidas e sofreram repressão, o que não foi suficiente para barrar as massivas campanhas em defesa da Caixa pública. No ano 2000, além dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs), o presidente autorizou a edição do RH 008, que estabeleceu a demissão imotivada, atingindo sumariamente mais de 500 empregados do banco. O normativo só foi extinto em abril de 2003, no governo Lula, quando começou o período das campanhas salariais unificadas de todos os bancários, com negociações das questões gerais na mesa da Fenaban e rodadas simultâneas para os assuntos específicos. A mobilização conjunta possibilitou que diversos direitos fossem retomados e conquistados, como o adiantamento de férias parcelável em 10 vezes, as 5 APIP's, conversíveis em espécie, a cesta alimentação igual à categoria, entre outros.

Saúde Caixa: uma conquista

O atual modelo de custeio do Saúde Caixa, implementado em 2004, foi uma vitória dos trabalhadores e se mostrou sustentável e superavitário ao longo dos anos. Em 2018, a categoria manteve o plano consignado em acordo, garantindo o direito aos empregados da ativa e aposentados, mesmo havendo resolução do governo que obrigava a retirada.

Democratização da Funcef

O movimento dos empregados da Caixa sempre lutou pela democratização da Funcef e por mais participação e transparência na gestão. A conquista de um estatuto construído com a participação dos empregados resultou na ampliação da democracia, da transparência e do controle social. Nesse sentido, temos a conquista da paridade na composição da Diretoria Executiva que possibilitou avanços importantes aos trabalhadores como o Novo Plano. Outras conquistas foram o saldamento do REG/Replan, a criação do FAB e do FRB.

PCS 2008 e reconquista de direitos

A unificação das tabelas do Plano de Cargos e Salários (PCS), no ACT de 2008, representou uma das mais importantes conquistas dos empregados da Caixa. O novo PCS foi um avanço que acabou com a discriminação e a desigualdade na progressão da carreira, presentes nos planos de 1989 e 1998. O PCS 2008 também garantiu promoção por mérito.